

ANTONIO ALVES BEZERRA¹

O JORNAL COMO PORTA-VOZ DAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO MST

Resumo: Esse artigo recupera a trajetória do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, observado como veículo de comunicação, mas também de luta. O jornal procurou revelar as tensões presentes no campo na tentativa de descortinar as interfaces da política agrária no país, revelando o seu comprometimento com a qualidade da informação e sua missão enquanto instrumento de luta para os trabalhadores rurais imbricados no MST. Apesar das mudanças na formação do Jornal, na alternância de seus jornalistas e na sua nomenclatura por diversas vezes, não representou a perda de sua essência enquanto instrumento de formação e de luta para os trabalhadores.

Palavras-chave: Jornal, Trabalhador, Luta.

Abstract: This article recovers the trajectory of the Newspaper of the rural Workers Without Land, noticed like communication vehicle, but also of struggle. The newspaper tried to reveal the present tensions in the field in the attempt of unveiling the interfaces of the agrarian politics in the country, revealing his compromising with the quality of the information and his mission while struggle instrument for the overlapped rural workers in MST. Although the changes in the formation of the Newspaper, in the changers of his journalists and in his nomenclature for several times, did not represent the loss of his more important part while his score of formation and of struggle for the workers.

Key-Words: Newspaper, Diligent, Fight.

Artigo recebido em 08/05/2011
Artigo aprovado em 05/08/2011

¹ Doutorado em História pela PUC/SP, Professor titular da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo e da Secretaria de Estado da Educação do estado de São Paulo

1. Boletim Informativo Sem Terra

O texto que segue busca refletir acerca da trajetória deste veículo de comunicação enquanto ferramenta de informação, mas também de luta entre os trabalhadores rurais organizados acerca do MST. Sem a pretensão de esgotar a discussão sobre este tema, inicia-se um breve diálogo com parte do seu conteúdo, utilizando uma amostragem de alguns de seus números no sentido de atribuir visibilidade à sua estrutura enquanto meio de comunicação e de formação social. O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, objeto de estudo deste artigo, é gestado a partir das experiências sociais de homens e mulheres nos primórdios da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no início da década de oitenta (1981), quando é publicado o seu primeiro exemplar, intitulado Boletim Informativo Sem Terra.

Antes, porém, deve-se pontuar que no seu primeiro ano este jornal era mimeografado, impresso de forma artesanal e com uma tiragem de setecentos exemplares, tendo circulado semanalmente, quinzenalmente e, às vezes, mensalmente. A responsabilidade jurídica pelas informações divulgadas neste meio de comunicação, durante o seu primeiro ano, era da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Em 1981 o jornal circulou como Boletim Informativo dos Sem Terra; em 1983 como Boletim dos Sem Terra; em 1984 como Jornal dos Trabalhadores Sem Terra e, por último, em 1988, como Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Com sede à Rua dos Andradas, nº1234, 22º andar, sala 2209, Porto Alegre-RS, o Boletim tem a sua primeira edição publicada em maio de 1981, antes mesmo da oficialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que só se daria em 1984, no município de Cascavel-PR, quando este passa a circular como Jornal dos Trabalhadores Sem Terra e com tiragem nacional.

Nesta perspectiva, ressalta-se que o periódico não apresentava oficialmente um expediente que lhe identificasse como um jornal, embora a sua formatação, o conteúdo de suas informações e sua posição política já evidenciasse as suas pretensões futuras. Apesar da ausência de um editorial no corpo do jornal, este não perdia de vista a possibilidade de manter os trabalhadores rurais informados nem a oportunidade de manifestar os seus agradecimentos às entidades não governamentais que prestavam auxílio e apoio aos trabalhadores rurais acampados nos estados.

A primeira edição do Boletim se detém, a princípio, na especificação de seu objetivo enquanto meio de comunicação. Esta edição configura-se da seguinte forma: na

Seção Sem terra o jornal apresenta os seus objetivos enquanto meio de comunicação; na Seção História de um povo o jornal caracteriza os trabalhadores, revelando a situação em que vivem nos acampamentos e suas bases de sustentação, denunciando, ainda, a ausência de assistência médica aos trabalhadores acampados anunciando a organização política dos mesmos e como estão se constituindo enquanto lideranças sociais. Denuncia a presença marcante das forças repressoras do estado descortinando, também, o interesse dos colonos acampados.

Na seqüência, sob a manchete: “Trabalhadores e povo em geral apóiam a luta dos colonos”, descreve os seguintes tópicos: “A campanha de solidariedade no estado e no país” – em que é mencionado o nome de alguns sindicatos rurais como base de apoio: Sindicatos de Bancários, sendo estes envolvidos com questões mais urbanas e a Comissão Pastoral da Terra, particularmente a de Goiânia-GO. Mais adiante apresenta o nome das instituições que estão colaborando com donativos aos acampados, as visitas oficiais de instituições ao acampamento, trazendo ainda nesta edição a republicação de uma grande matéria jornalística feita pelo jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 12/05/1981, mostrando o fracasso de uma reunião conciliatória entre representantes do governo e os trabalhadores rurais acampados.

Quanto à sua formatação, o noticiário do movimento ocupava praticamente umas dezesseis folhas, porém isso não era regra; havia momentos em que este circulou com três folhas, oito, doze, assim por diante. Quanto à sua circulação, o Boletim, a princípio, atendeu o acampamento de Ronda Alta-RS, em seu primeiro ano. Em 1982, este, por decisão discutida e aprovada em Assembléia Geral, passa a ter circulação regionalizada, atendendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, estados onde as tensões pela terra estavam em ebulição.

O recém criado periódico traz em sua primeira edição “a carta dos colonos acampados em Ronda Alta-RS”, definindo a sua linha de ação e reflexão. Esta carta era endereçada à sociedade brasileira, possibilitando um estreito diálogo do Boletim com o homem rural, estendendo-se também ao homem urbano em âmbito local, mostrando, particularmente, as pretensões dos trabalhadores rurais enquanto um grupo social organizado e imbricado na construção da luta, sendo esta “não uma luta qualquer e sim, uma luta contra a opressão” (Chauí, 2000: 54).

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores vivendo nesta região, como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. (...) Na cidade não queremos ir,

porque não sabemos trabalhar lá. (...) Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução. (...) Estamos muito mal alojados, muitos de nós não temos o que comer e não temos o que vestir, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos a terra que precisamos para trabalhar como colonos. Como agricultores, achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo e terra no Norte, de onde está voltando nossos companheiros que foram levados para lá. (...) Solicitamos o seu apoio do jeito que der, para esta nossa luta (Boletim Informativo Sem Terra, 1981: 1).

O documento exige uma cuidadosa leitura a respeito do seu teor político e do seu caráter um tanto ideológico². Inicialmente, este procura caracterizar os trabalhadores acampados em Ronda Alta, demonstrando a sua procedência e salienta que estes têm a intenção de continuarem na luta até conseguirem um pedaço de terra do governo para trabalhar e plantar. A não disposição do trabalhador rural em aceitar como solução o seu deslocamento do campo com destino à cidade é outro ponto de destaque no documento. Nesse momento, há uma fala marcante no que tange à sua posição ao afirmar: “na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá”, o que caracteriza a resistência dos trabalhadores a uma proposta política em curso e que os mesmos julgam essa solução como sendo inviável aos seus anseios.

Em outro aspecto, essa fala deixa transparecer o amadurecimento de um sentimento de coletividade que naquela oportunidade toma conta desse grupo de trabalhadores, sobretudo quando se observa a afirmação: “como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução”.

Reportando-se ao acampamento à beira da estrada, esta prática será uma constante em termos de estratégia política no intuito de imprimir a pressão e a resistência aos poderes constituídos. Não é por acaso que esta forma de pressão vai perdurar durante toda a trajetória de luta dos trabalhadores rurais arregimentados pelo MST.

Neste cenário de tensão e poder precede a busca constante pela transformação social no campo e na cidade, contando, sobremaneira, com o apoio do Boletim Informativo dos Sem Terra no sentido de acompanhar, registrar e denunciar essas tensões, motivos

² Para Chauí (2000: 3) “A ideologia é uma forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* (grifos da autora) social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (...), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Nesse sentido, observa-se que, “fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir”.

estes que o fez crescer e se fortalecer a cada dia no intuito de se tornar uma ferramenta de referência em termos de comunicação, formação e informação de grande expressão política e social entre os trabalhadores rurais sem terra. Em face disso, o jornal se edifica com o desejo de manter a sociedade, as entidades representativas e os trabalhadores rurais informados, como segue:

Estamos apresentando à sociedade o primeiro número deste Boletim Informativo que, dentro de suas atribuições, uma é a de manter constantemente informados todos os colaboradores desta campanha de solidariedade, através de suas entidades representativas – sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base e demais entidades em nível nacional – bem como a opinião pública em geral através dos meios de comunicação – jornal, rádio e televisão (Boletim Informativo Sem Terra, nº01, 1981: 2).

Apesar de manifestar publicamente o desejo de poder contar com os meios de comunicação de massa (rádios, jornais e televisão) a respeito da importância de se fazer a reforma agrária no país, mesmo tendo que usar a ocupação de propriedades e repartições públicas como forma de pressão ao governo, o jornal e o MST não encontraram eco na maior parte da imprensa brasileira para tal finalidade, apontando alguns dos principais motivos que os impedem de terem espaço nesse campo.

Nesse sentido, descortina-se, porém, alguns destes meios de comunicação destacando os interesses econômicos, políticos, ideológicos e sociais que pautam a vida das empresas de comunicação no Brasil e suas mutações conforme interesses do mercado bem como de seus proprietários. Na perspectiva do conceito de “*neotevê*” Chauí (2006: 17-18) reportando-se à Debord (1997: 14), explicita um breve panorama do programa dominical da TV Globo intitulado “fantástico”, onde se constrói uma atmosfera de reflexão para se pensar o conceito de interesses políticos e econômicos no setor da imprensa.

A programação acompanha de perto os acontecimentos nacionais, mas só em raras ocasiões os menciona diretamente (...). Suponha-se, por exemplo, que o governo federal tenha anunciado um crescimento significativo do emprego formal no país. O programa irá interpretar e comentar o fato, encenando-o sem mencioná-lo uma única vez: se a empresa de televisão apóia o governo, o ‘*show da vida*’ apresentará um quadro com jovens e idosos que obtiveram empregos e estão muito felizes; se a empresa se opõe ao governo, o quadro exibirá pessoas desempregadas, de várias idades e classes sociais (2006: 17-18).

Nesse contexto, mostra-se como o “simulacro transforma-se em espetáculo. Embora esses quadros possam ter grande impacto político, graças à encenação da informação e ao ocultamento da intenção persuasiva, o forte do ‘fantástico’ encontra-se no tratamento dado à ciência e à técnica” (2006: 17-18).

Com essa percepção, a construção do jornal dos trabalhadores rurais sem terra, entendido como meio de comunicação alternativo, tende a se tornar um dos seus grandes aliados na tentativa de difundir as tensões eminentes no campo e de se fazer ouvir pelo governo e pela sociedade, observando que na maioria das vezes a realidade não é passada como deveria ser.

Pautando-se nestas reflexões o Boletim dos Sem Terra estaria cumprindo o papel de imprensa alternativa, observando que esta se caracteriza por sua oposição às “pretensões hegemônicas e ao espírito da imprensa oligarca e ideológica liberal, atualmente neoliberal, que é a dominante no Brasil” (Aguiar, 2008: 235)³.

O jornal apresenta uma seção denominada de “História de um povo oprimido”. Nesta, é denunciada a situação social e econômica dos trabalhadores, apresentando, também, uma breve caracterização das famílias acampadas pressionando as autoridades por um pedaço de terra e melhores condições de vida.

A notícia evidencia as condições de vida dos trabalhadores acampados às margens da estrada que liga “Passo Fundo a Ronda Alta, imediações do povoado de Encruzilhada Natalino”, Rio Grande do Sul, sinalizando para a procedência desses trabalhadores, suas bases de sustentação, sua organização e a crescente repressão proveniente do poder público, informações estas que na maioria das vezes são silenciadas pela chamada grande imprensa brasileira.

A posição da revista Veja frente às ações coordenadas do MST é um caso típico de silenciar informações a respeito desse movimento. Não obstante, quando a informação acerca do MST aparece em suas páginas é notória a sua descaracterização, sendo os atores sociais muitas vezes “satanizados” (Souza, 2001: 19) em suas notícias e/ou editoriais. Nesses termos, o autor conclui que o discurso desta revista sobre as ações coordenadas do MST configura seis dimensões: “o primeiro deles é silenciar sobre o movimento, o seguido é cooptar, difamar, dividir, domesticar e satanizar o MST” (2001: 19).

³ Para esse autor, em meados do século XX estava em formação o cartel hegemônico da chamada ‘grande imprensa’ brasileira, com características muito próprias: em geral, esta se caracteriza por grandes empresas familiares – Mesquitas (Jornal Estado de S. Paulo); Marinhos (Grupo Globo); Frias (Grupo Folha de S. Paulo), empresários capitalistas que se dedicaram a combater veementemente o que acreditavam ser de esquerda no país.

Em face disso, essa lógica atenderia aos anseios do governo federal, representado à época por Fernando Henrique Cardoso e por alguns segmentos mais conservadores de seus leitores. O trecho a seguir caracteriza o pensamento de uma das lideranças do MST naquele momento:

Este governo ditou as regras de como a chamada grande imprensa deveria tratar o movimento. O tratamento mudaria de acordo com as mudanças nas estratégias do governo que, por sua vez, seria definida pela maneira com que a opinião pública reagiria a eventos protagonizados pelos sem terra - massacres, marchas, ocupações (2001: 19).

O jornal, a princípio, procura salientar que, em sua maioria, os trabalhadores acampados na região Centro-Sul eram procedentes da própria área rural, outros oriundos da área urbana e que, em algum momento de suas vidas já tiveram contato direto ou indiretamente com o cultivo da terra. Descarta-se, portanto, a hipótese de que estes eram pessoas sem propósitos com a terra ou algo parecido, como afirmara o tenente-coronel Curió: “(...) muita gente que estava lá dentro não era colono; eram aproveitadores. Lá tinha professores, tinha motorista de táxi, tinha de tudo lá dentro” (JST, nº33, 1983: 14). A categoria “de tudo” mencionado pelo tenente-coronel se traduziria em: “Arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, peões de granjas e filhos de pequenos agricultores” (Boletim Informativo, nº1, 1981: 2).

O nº 1 do Boletim, pagina cinco, traz uma matéria escrita em letras maiúsculas em que figura uma notícia com um grau de otimismo bastante acentuado frente à opinião pública. O título da matéria diz o seguinte: “Trabalhadores e o Povo em Geral Apóiam a Luta dos Colonos”. O texto reporta-se a um alto teor de agradecimentos em nome dos trabalhadores rurais acampados às entidades envolvidas na luta pela posse da terra, destacando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Criciúma-SC; Sindicato dos Bancários de Porto Alegre-RS; Comissão Pastoral da Terra – CPT/Goiânia-GO e outros Sindicatos e organizações autônomas de todo o país.

No transcorrer dessa nossa luta, que já passam 60 dias, temos recebido o apoio, o conforto, a coragem e a solidariedade de muitos irmãos trabalhadores, de muitas entidades e de muitas pessoas. Queremos dizer que vosso apoio é que tem ajudado a gente a se manter unido e com força (Boletim Informativo Sem Terra, nº1, 1981, p.2).

O trecho a seguir revela que a fonte em análise tende a prestar esclarecimentos de que a situação dos trabalhadores acampados é bastante precária, sobretudo quando se pensa

no enorme contingente de pessoas aglomeradas num único lugar, “somando um total de três mil pessoas acampadas às margens da estrada”, sendo que parte delas provinham dos municípios de “Sarandi, Ronda Alta, Constantina, Nonaí, Rodeio Bonito, Planalto, Irai, Rondinha e Liberato Salzano, todas no RS”⁴.

Nesse ínterim, o Boletim, em seu primeiro ano de vigência, clama pela campanha de solidariedade aos trabalhadores, usando uma de suas seções mais significativas. O ato de solidariedade das pessoas para com os trabalhadores seria a principal base de sua sustentação nos acampamentos, observando que os recursos destes eram bastante precários e que boa parte deles já sobreviviam às custas do trabalho de outros colonos.

A título de exemplificação, na primeira campanha de solidariedade a “Diocese de Chapecó, SC, enviou cinco mil quilos de farinha, mil quilos de açúcar e sal”, mantimentos estes que deram sustentação e serviu de motivação à continuidade dos trabalhadores rurais na luta. Na página dez do Boletim é republicada uma reportagem feita pelo jornal Zero Hora de Porto Alegre, intitulada: “Reunião com os colonos fracassou”, demonstrando fortemente o impasse entre o governo e os trabalhadores rurais sem terra.

Depois de uma hora de reunião com quatro agricultores que representavam os colonos acampados em Ronda Alta, o presidente do Incra, Paulo Yokota, sentiu-se desiludido. Os trabalhadores ali presentes estavam revoltados e prometiam ‘continuar a luta’, mantendo-se acampados e reivindicando terras para serem assentados dentro do Rio Grande do Sul. Ao meio daquela situação de contradições, um dos trabalhadores chegou a fazer uma ameaça velada ao presidente do Incra: ‘nós vamos lá dar a sua resposta negativa aos companheiros. Mas não sei o que pode acontecer (Zero Hora, 1981: 25).

A opção deste jornal em autorizar a republicação desta matéria no Boletim implica numa possível identificação do mesmo com a bandeira de luta dos sem terra. O trecho da matéria indica que há evidência da gestação de uma enorme tensão envolvendo os trabalhadores rurais, os grandes latifundiários e o governo, possibilitando o desencadeamento de conflitos de grande magnitude neste e nos anos subseqüentes.

No segundo semestre de 1982, a edição de nº25 do Boletim apresenta a constituição de um editorial e não oficializando o seu expediente técnico-jornalístico. Sem menosprezar a quantidade e a qualidade das informações presentes nas edições anteriores e posteriores a

⁴ A estratégia de acampar a beira das estradas e rodovias é uma forma de chamar a atenção da opinião pública acerca das tensões que estão ocorrendo nas imediações daqueles municípios. Esse procedimento será utilizado por mais de duas décadas para dar visibilidade às inquietações dos trabalhadores rurais sem terra e uma forma de pressionar o governo a dar uma nova configuração à política agrária do país.

esta, o presente artigo preocupou-se em mencionar e discutir trechos do editorial desta edição considerando que há uma tensão implícita em se tratando da continuidade do jornal, do local de sua circulação e, sobretudo, indicando uma polêmica no que concerne à atualidade e qualidade da informação por ele a ser veiculada.

O editorial pontua que apesar de sua precariedade o jornal buscará “aumentar a responsabilidade de seus colaboradores no que tange a sua contribuição para as lutas no campo”. Informa, também, que apesar dos colonos identificarem o Boletim como seu porta-voz, este não apresenta boas condições em se tratando de recursos materiais e atualidade das informações, salientando que “o leitor não espere dos próximos números mudanças profundas, pois elas virão com o tempo e serão frutos da semente regada com o esforço e o sacrifício de quem deseja melhorar e contribuir com a luta”.

Consideramos que a boa qualidade da informação não deve ser privilégio das classes dominantes, embora estas tenham mais acesso à informação e às técnicas de comunicação, por isso há o desejo de aperfeiçoamento (...) Algumas notícias estão ultrapassadas no tempo, mas de qualquer forma possuem importância histórica para o movimento camponês, e nos próximos números prosseguiremos divulgando informações da luta pela terra (Boletim Informativo, nº25, 1982: 2).

De forma velada o trecho acima expressa uma tensão no que se refere à morosidade da informação até os colonos. No entanto, reconhece a defasagem da notícia, porém norteia a perspectiva de melhora em sua qualidade. Demonstra preocupação com o registro da notícia como fato histórico para o fortalecimento da luta no campo, tema que perpassa os mais variados tipos de registros do MST ao longo de sua trajetória histórica e política. Contudo, a notícia veiculada pelo Boletim pode não ser atual na sua concepção, porém torna-se ingrediente singular para o cultivo permanente da “memória coletiva”⁵ dos trabalhadores rurais sem terra.

Em fevereiro de 1983, na sua segunda etapa, o Boletim Informativo dos Sem Terra passa a circular com a seguinte nomenclatura: Boletim dos Sem Terra, suprimindo-se o adjetivo informativo. Não que este tivesse deixado de informar aos trabalhadores. Pelo

⁵ Para Halbwachs (1990: 80) “a história é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens (...) isso acontece porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”. Nessa mesma linha de reflexão, D’Alésio (1992: 98) salienta que “a memória social é sempre vivida, física ou afetivamente, pois, quando o grupo social desaparece, a única maneira de salvar as lembranças, que para os grupos existentes são exteriores é *fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem*” (grifos da autora).

contrário! Este ganha a partir de então outra configuração, particularmente alcançando maior projeção em função do aumento crescente em sua tiragem⁶, valorizando mais o nível de suas notícias e manchetes, politizando os seus editoriais e dinamizando as entrevistas com lideranças do movimento e intelectuais.

O periódico, portanto, procura de antemão se desprender do formato de Boletim Informativo com conteúdo panfletário e tende a se aproximar da configuração de um jornal. Ainda com sede em Porto Alegre-RS, sob a responsabilidade do então Comitê de Apoio aos Agricultores Sem Terra, com circulação regional, o Boletim Sem Terra experimenta ampliar a sua tiragem, oscilando entre dois mil e quinhentos e cinco mil exemplares, segundo dados expressos em sua folha de rosto no seu primeiro ano com a nova nomenclatura.

Este abre a edição de nº29 com a seguinte pergunta: “Sair ou lutar?” A propósito é anexada ao lado desta indagação uma imagem sem autoria retratando a saída do homem do campo com destino aos grandes centros urbanos, justificando a matéria de capa: “A 6ª Romaria da Terra será de protesto contra a expulsão dos trabalhadores rurais do campo”.



Sem identificação: (Jornal Sem Terra, Porto Alegre, fev. 1983)

⁶Cruz (2000: 139), referindo-se à tiragem de exemplares de alguns jornais, particularmente aqueles comprometidos com a venda de seus espaços para fins de propagandas ou coisa do gênero, recomenda atenção para a veracidade dos números publicados por estes, observando que em sua maioria os dados são imprecisos, servindo apenas para chamar a atenção dos anunciantes. Em alguns momentos na história da imprensa brasileira, tal questão chegou até às páginas dos “pequenos e efêmeros jornais humorísticos, que vez por outra estavam fazendo humor declarando tiragens de 10 mil a 20 mil exemplares” por edição.

A imagem acima recupera um cenário de desigualdade social fortemente marcado nos grandes centros urbanos por fatores sociais e históricos, dentre eles: o crescimento desordenado das cidades, o aumento populacional oriundo da migração do campo para a cidade, sendo alguns desses fatores frutos da ausência de uma política agrária efetiva para o país, ingrediente que motivou a organização dos trabalhadores rurais em torno do MST.

Observa-se nesta imagem, em seu plano superior, que figuram algumas residências alternativas de trabalhadores (denominadas nos grandes centros de barracos), paralelamente a um conjunto de edifícios, registrando aqui uma espécie de *apartheid* social. Ao centro da imagem, percebe-se a chegada dos trabalhadores rurais aos aglomerados urbanos, provocando sobremaneira uma mudança na paisagem social urbana. Esta imagem, portanto, explicita a desistência de um dos trabalhadores de continuar a caminhada que leva à sua expulsão da área rural, não se permitindo abandonar as suas tradições e o seu apego à terra. Há, nesse caso, resistência explícita no que se refere à sua opção em persistir no campo. De qualquer forma, a postura adotada por esse personagem implica no início de uma saga que provavelmente desembocaria na implementação de uma política agrária conflituosa para o país, desencadeando tensões sociais no eixo campo-cidade.

Na seqüência e como matéria de capa, infere-se a denúncia acerca da violência generalizada no campo, implicando na morte de “sindicalistas, padres e posseiros” e que, à luz do dia, “os pistoleiros, a soldo de seus mandantes continuam agindo completamente impunes, prometendo mais violência para o dia seguinte”. Ainda como matéria de capa, o Boletim comunica aos seus leitores e companheiros de luta a realização de seu II Encontro Regional, evocando a presença e a participação dos trabalhadores. Para este, o encontro proporcionaria uma grande oportunidade para se tecer considerações a respeito “da recente reunião da Comissão Nacional Provisória dos Sem Terra e também a realização de uma avaliação minuciosa dos encaminhamentos feitos a partir do Primeiro Encontro Nacional, realizado em 1984”.

Outra questão que deve ser percebida e levada em consideração no formato do Boletim Sem Terra é que este traz consigo uma seção fortemente marcada por um editorial com conteúdo político. Na edição de nº 29, em seu editorial intitulado “Conflitos aumentaram no campo” e na edição de nº30, “Lutar pelo fim da Lei de Segurança Nacional”⁷ evidencia-se que este não prima apenas pela idéia de informar os leitores acerca

⁷ Os dois números citados são ilustrativos para pensarmos na essência dessa ferramenta de comunicação do MST. O nº29 - Ano III foi publicado em fevereiro de 1983 e o nº30, em março do mesmo ano. Em geral o

das tensões existentes no campo. Prima, sobremaneira, pela formação de uma força contrária aos governos e seus tentáculos repressores, no caso das forças do poder judiciário, da polícia e, possivelmente, de alguns setores conservadores da chamada grande imprensa.

Ainda de acordo com a edição de número 29, o Boletim procura trazer à luz informações acerca da proposta de reforma agrária do Incra, órgão do governo federal, demonstrando a insatisfação de alguns colonos frente à abertura de novas barragens na área rural, convoca, por fim, a sociedade para protestar contra o modelo de governo em curso e apresenta dados relevantes sobre a violência no campo, fruto da ordem instituída.

Em suma, a sua última página traz a informação sobre o resultado obtido com a reunião da Comissão Nacional dos Sem Terra, desembocando numa avaliação do movimento, cujo conteúdo seria a formação de uma articulação nacional para os sem terra. Segundo esse jornal, tal ação não seria possível nesse momento pelo seguinte motivo: “não daria para se pensar numa articulação nacional dos sem terra pela ausência de condições concretas de organização... no entanto, seria possível articular a luta a partir de situações concretas em regiões já organizadas”.

Ou seja, esse trecho representa que o movimento ainda não estava concretamente “especializado”. Seria preciso, portanto, trabalhar com mais afinco com os trabalhadores na região em que já existissem condições concretas de organização da luta. E o jornal, de certa maneira, tende a contribuir preliminarmente com a sua especialização.

Não obstante, a fonte em tela apresenta uma seção de notas em que figuram informações diversas, destacando os registros das assembléias gerais nos assentamentos e acampamentos, os manifestos sobre atos de violência e crueldade no campo, informações denunciando contratos frios de empresas colonizadoras e, ainda, informações sobre o latifúndio no Brasil, sob a ótica de técnicos do IBGE representando o próprio governo federal.

Em julho de 1984 é evidenciada a terceira fase do jornal, momento em que este ganha uma nova nomenclatura, passando a ser denominado de Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. Sediado também em Porto Alegre-RS, reconhecido oficialmente como órgão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul, compreendendo os estados do RS, SC, PR, MS e SP, com expediente jornalístico constituído sob a responsabilidade

editorial ocupa a página dois de cada edição. Apesar de não ficar evidenciada a existência de um expediente para este jornal, há indícios de que a organização do mesmo passava pelo clivo de um experiente jornalista ou alguém vinculado à área de comunicação social. Neste momento a responsabilidade sobre as informações veiculadas pelo “sem terra” era do Comitê de Apoio aos Agricultores Sem Terra.

do jornalista Flademir Araújo, Registro Profissional 4.805, a edição de n^o36 circulou com dezesseis folhas e alcançou a tiragem de dez mil exemplares (uma das maiores tiragens até então).

Sua formatação também sofreu grandes modificações: a manchete de capa e outras notícias do corpo do jornal eram acompanhadas de uma ou mais fotografias, de certa forma instigando o leitor a acessar as informações trazidas por este jornal e criando condições de compreensão das notícias por parte dos trabalhadores que não tinham acesso à cultura letrada por representarem um enorme contingente de homens e mulheres analfabetos, fruto da desigualdade social imposta a estes historicamente.

Para exemplificar, essa edição trouxe como manchete principal: “Ivinhema desponta uma esperança”, e como sub-manchete: “Bóias-frias: usineiros não cumprem acordo”. Como editorial, figurou o seguinte título: “Maturidade Política”⁸. Neste, porém, figuram considerações históricas aventando-se as condições de vida as quais os trabalhadores do campo e da cidade são submetidos ao longo de sua trajetória, detendo-se, sobremaneira, a respeito da questão da terra e a ausência do acesso a esta por parte dos trabalhadores (JST, n^o36, 1984: 2).

O editorial denuncia que há uma grande concentração de terra em todo o país e que há no mesmo um enorme contingente de famílias sem terra ou com terra insuficiente para sobreviver. Com base em dados apresentados por sindicatos rurais, federação dos trabalhadores e institutos de terras, para o jornal “somente nos cinco estados do sul do país existem 700 mil famílias de lavradores sem terra e calcula-se que existam três milhões de famílias na mesma condição em todo o país”. Esse número aumentaria proporcionalmente à medida que o movimento estivesse organizado, confirmando, portanto, a sua espacialização.

É ressaltado, sobremaneira, que o episódio inicial que desembocou na constituição do movimento e como conseqüência na criação do jornal, registrando o conflito de Ronda Alta-RS e o conflito de Guariba-SP envolvendo os “bóias-frias” são alguns dos exemplos que ilustram as desigualdades sociais no campo como também nas cidades.

⁸ Nesse instante, entende-se que o jornal já está atingindo parte de seus objetivos: levar aos cantos mais remotos do país informações sobre a organização dos trabalhadores rurais sem terra e mostrar o atraso que o país vivia com relação à distribuição da terra e à miserabilidade social pelas quais passava parte significativa da população. O Editorial desta edição esclarece que o “amadurecimento político dos lavradores fez com que eles tenham condições de entender esta situação e quais interesses estão em jogo”. Salienta que “a paciência se esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir os seus direitos”, provavelmente pela ocupação em massa de propriedades e espaços públicos e particulares.

Segundo o jornal, nos dois conflitos acima citados e nas demais ações implementadas pelo MST, demonstra-se uma constante tentativa em “reprimir os lavradores e trabalhadores, mobilizando desde fazendeiros até altos escalões da Segurança Nacional, inclusive alguns jornais da grande imprensa” na tentativa de distorcer os fatos com a prerrogativa de criar uma atmosfera confusa entre o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e setores da sociedade que lhes apóiam (JST, nº36, 1984: 2).

A mesma fonte evidencia que há uma constante “repetição dos velhos argumentos em dizer que existem elementos infiltrados no movimento incitando os trabalhadores”. Antes, porém, os trabalhadores não se cansam de argumentar que, ao contrário do que é aventado por setores conservadores do governo e de setores da grande imprensa, o motivo que os levaram à organização “é a fome e a miséria”.

Enfim, a formatação do jornal nessa terceira etapa apresentava na segunda página o seu editorial e na seqüência informações sobre a luta dos trabalhadores em cada estado em que o movimento estava organizado ou em fase de organização. No estado do Paraná, a matéria intitulada “Mastro coordena ocupação em São Miguel” informa sobre a ocupação de uma área de setenta mil alqueires no município acima citado, localizado a 100 Km do município de Cascavel, estado do Paraná. Tal ação mobilizou aproximadamente 61 (sessenta e uma) famílias de agricultores sem terra. Para os trabalhadores, a ocupação feita nesse município deveu-se ao temor do Incra em assentar outras famílias de áreas em conflito, “deixando-nos mais uma vez no escanteio”, ressalta um trabalhador (JST, nº36: 3).

Ainda reportando-se ao Paraná, na página seguinte figuram informações referentes ao assassinato de lideranças do movimento e denúncia dos lavradores que foram, ao seu ver, “iludidos” pelo governo ao aceitarem o convite em deixar o movimento e irem desbravar áreas da Amazônia.

Na página 5 deste mesmo número, há informações sobre o Pontal do Paranapanema-SP, sob o título: “Acampados pedem apoio em Andradina”, seguida de outra matéria pressionando o poder público para regularizar a vida das sessenta famílias acampadas em parte da Fazenda Primavera, alocada no trecho da Rodovia SP 363, estado de São Paulo.

A matéria diz o seguinte: “lavradores de Pontal não aceitam a demora”, revelando uma enorme tensão entre os governos e o movimento. Como manchete de capa, figura a seguinte matéria: “Ivinhema: lavradores resistem ao cerco e à pressão policial”. Traz, também, numa de suas seções mais significativas, denominada de “entrevista” – a fala de

uma importante personalidade da Igreja Católica, o Presidente Nacional da Comissão Pastoral da Terra, D. José Gomes. Na entrevista o religioso assinala que “a Igreja mudou. As classes dominantes não aceitaram a sua nova postura”.

Reportando-se à indagação feita pelo Jornal Sem Terra: “Como a Igreja vê a situação do país e principalmente as lutas dos trabalhadores”, o religioso foi incisivo ao afirmar:

Nós sabemos que o Brasil enfrenta uma profunda crise, cujas raízes estão no sistema desenvolvimentista que o país adotou em que se privilegia, de modo especial, o capital multinacional, de natureza extremamente exploradora, fazendo com que uma grande faixa da população viva na mais absoluta miséria. No caso dos trabalhadores rurais, há um projeto claro do governo para evacuar as pessoas do campo para as cidades, oferecendo assim mão-de-obra barata para as indústrias (JST, n°36, 1984: 8).

Não obstante, dez anos após essa entrevista, o pesquisador americano Rifkin (1995: 137) assinala que em vista da proposta do avanço tecnológico na agricultura em escala mundial, prometendo-se maior produtividade e redução da mão-de-obra de forma progressiva, “não resta dúvida de que num futuro próximo o preço humano do progresso será assombroso ao passo que centenas de milhões de agricultores em todo o mundo enfrentarão a sua eliminação do processo econômico”. Na seqüência, a seção “Nos estados” revela as tensões prementes nas Unidades da Federação em que o movimento está organizado, destacando-se aqui alguns títulos de suas matérias: “Catarinenses denunciam Pró-terras”; “lavradores cobram promessas”, “Encontro oficializa comissão em Rodeio Bonito” (JST, n°36, 1984: 10).

Na seção “Opinião”, essa edição trouxe o artigo de opinião do Frei Sergio A. Gorgen, cujo título “Reforma Agrária é o nosso objetivo”, informando que “a reforma agrária retornou à mesa dos debates nacionais e continua a ser a principal reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como continua despertando as iras e a violência dos grandes latifundiários” (Gorgen, 1984: 11).

Essa edição trouxe, ainda, uma seção especial denominada de “Guariba”, cuja matéria intitulou-se “Vitória dos bóias-frias ameaçada”⁹. Na oportunidade os trabalhadores cortadores de cana se mobilizaram de tal forma que nem mesmo eles tinham dimensão da magnitude da tensão que o gesto de não irem trabalhar na manhã do dia 15 de maio de

⁹ Sobre o assunto ver Pereira (2001); Bezerra (2002).

1984 poderia causar. Sobre o assunto, o sociólogo José de Sousa Martins escreveu o artigo “A Explosão previsível”, publicado também nesta seção. Enfim, a nova fase do jornal bem como a sua nova formatação será traduzida pela seguinte composição:

Em junho está prevista a primeira edição do Jornal dos Trabalhadores Sem Terra em formato tablóide – isto quer dizer o dobro do atual boletim – 12 páginas, tiragem inicial de 10 mil exemplares e com circulação Regional Sul e outros estados do país. A decisão de transformar o Boletim em Jornal foi tomada no Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel, PR, no começo do ano. Uma equipe de 10 jornalistas trabalhará na edição do jornal que vai continuar com a colaboração dos próprios lavradores, pessoas ligadas ao trabalho pastoral, aos sindicalistas e estudiosos da problemática agrária (JST, 1984: 2).

Na condição de jornal, portanto, suprime-se a idéia de Boletim informativo, buscando-se tecer novos contornos para este veículo de comunicação e para o próprio MST na tentativa de implementar uma pauta de luta para ambos. A princípio, o sucesso anunciado do jornal viria com a viabilização de seu objetivo inicial: o de acompanhar, registrar e divulgar nos assentamentos e acampamentos os percursos do MST – mostrando os avanços da luta, os retrocessos e elaborando novas estratégias de enfrentamentos, construindo assim uma identidade¹⁰ coletiva para os trabalhadores.

2. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem terra

Em termos de atuação política, o jornal em destaque ganha maior visibilidade a partir da realização do Encontro dos trabalhadores rurais sem terra, realizado na cidade de Cascavel, estado do Paraná, em 1984, momento em que se decidiu pela formação do MST

¹⁰ Apesar da complexidade do conceito de identidade, este trabalho o compreende como uma “construção histórica”, logo indissociável das experiências humanas, conforme indica Silva, & Silva (2006: 202-205). Reportando-me ao conceito de identidade e à crise de identidade, valho-me das reflexões de Hall (2006: 7), quando este autor nos brinda com a seguinte afirmação: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. Para esse autor, é nesse cenário que vai emergir o termo “crise de identidade”, sendo esta “parte de um processo mais amplo de mudanças, em que se deslocam as estruturas e processos centrais das sociedades modernas abalando os quadros de referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”. Portanto, é nesse cenário de tensão e incertezas que o MST e seus integrantes estarão se firmando enquanto sujeitos sociais comprometidos com a transformação contínua dos grupos sociais à margem da sociedade brasileira.

enquanto organização autônoma que necessitava de um “órgão de divulgação amplo que atingisse os assentamentos e acampamentos em todo o país”.

No ano seguinte, logo após a realização do 1º Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba no mês de janeiro, o jornal que antes era impresso na cidade de Porto Alegre (já explicitado) transfere-se para a cidade de São Paulo, sediado à Rua Ministro de Godoy, 1484, facilitando de certa forma a sua “organização tanto do ponto de vista político como do ponto de vista estrutural e de divulgação”.

Tal mudança pauta-se pelo ideal de “melhorar o nível das matérias veiculadas em suas páginas, aprofundando-as e dando-lhes maior perenidade”. Assim, este procura “aperfeiçoar a qualidade de suas informações no intuito de que os militantes e simpatizantes do MST pudessem fazer uso deste como instrumento de formação” (JST, 1996: 7)¹¹.

Nesse instante o jornal conta com um expediente constituído, buscando expandir a sua tiragem, chegando a imprimir cerca de 40 mil exemplares em algumas edições. Esse aumento é singular para um jornal classista, sobretudo, quando este não apresenta fins lucrativos para o seu custeio. Ciente disto, o que teria motivado o jornal a realizar tamanha ampliação? Provavelmente por razões político-ideológicas que refletiriam nos acampamentos e assentamentos, uma vez que o periódico era entendido como ferramenta de estudos e aperfeiçoamento entre os militantes do Movimento, justificando, portanto, a sua preocupação com relação ao teor de seu conteúdo alcançando um público maior.

Nesta perspectiva, o próprio jornal demonstrava preocupação com relação à qualidade da informação levada até os trabalhadores e a repercussão que esta gerava entre os mesmos. Uma pesquisa realizada por esse jornal junto aos trabalhadores rurais sem terra, em julho de 1996, desenha o perfil de seu leitor sinalizando algumas possibilidades de reflexão:

Consultados sobre a frequência com que liam o jornal 590 pessoas assinalaram que fazem sempre, 679, às vezes, e 255, raras vezes. Sobre o conteúdo do jornal, 466 pessoas assinaram a referência ótima, 696 boa, 215 regular e 78 deficientes. Com relação à ilustração das matérias, 634 informam ser ótimas, 620, boas, 239, regulares, 107 insuficientes. Sobre a utilização do jornal, a leitura individual recebeu 667 referências, a leitura em grupo 482 e o repasse para os amigos 354. Consultados sobre

¹¹ Como instrumento de formação, não se pode desprezar o caráter político-ideológico deste jornal frente aos trabalhadores rurais. A presente pesquisa dialoga com o jornal como objeto de investigação, mas também como sujeito histórico nutrido de experiências sociais, culturais, políticas e religiosas.

a linguagem do jornal, 530 pessoas afirmaram que é ótima, para 537 é boa, para 108 acham-na regular e 99 a consideraram difícil (JST, 1996: 7).

Os dados desta pesquisa são exemplares para se pensar na representação social que os trabalhadores tinham de si, dos outros e do próprio MST no qual estavam inseridos. Sem menosprezar outros dados desta pesquisa, há certa singularidade no que se refere à solidariedade entre os trabalhadores ao se afirmar que 482 destes leitores liam o jornal em grupo.

Em face disso, observa-se, também, as respostas dadas à questão sobre as ilustrações (fotos, mapas, tabelas, gráficos) que o jornal trazia mensalmente. O número de pessoas pesquisadas que acharam o conteúdo ótimo torna-se exemplar, à luz de que, em sua maior parte, esses trabalhadores rurais dispunham apenas de formação primária ou apresentavam nenhuma escolaridade. Essa informação, portanto, leva a presente pesquisa a entender que a leitura das imagens feita pelos trabalhadores leva-os a interpretar a informação com maior facilidade, justificando, assim, a aceitação das ilustrações do jornal.

O volume de páginas deste periódico também é exemplar, variando entre doze e vinte duas páginas ao longo de sua trajetória. Para tanto, o uso desta quantidade de folhas utilizada em cada número estava associado ao teor das tensões e enfrentamentos presentes no campo até o fechamento de cada edição.

Quanto à tiragem e circulação do jornal, esta passa a ser regularizada mensalmente, havendo pequenas oscilações entre os meses de dezembro e janeiro, momento em que as tensões no campo aparentemente se tornavam amenas, suprimindo-se num único número dois meses de informação.

Neste sentido, deve-se levar em consideração o processo de transformação¹² deste jornal, sendo o mês de outubro de 1988 um marco para sua última fase, sobretudo no que se refere a sua nomenclatura. Todavia, há mudanças significativas em sua formatação, atribuindo maior visibilidade aos seus editoriais e suas entrevistas.

Nessa etapa do jornal acrescenta-se ao seu nome a palavra “rural”, passando a ser chamado de Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A inserção desta palavra representa um compromisso direcionado aos anseios do homem do campo, particularmente

¹² Para Aguiar (2008: 235), “a vida dos jornais alternativos é longa e variada na história brasileira, sempre com a marca da efemeridade. Os alternativos são exemplos de uma característica da vida cultural brasileira: a continuidade dentro da descontinuidade”. Para tanto, essa pesquisa revela que até o presente o jornal do MST foge aos padrões da efemeridade, uma vez que este se atualiza fazendo frente à política vigente no país; o seu contínuo aperfeiçoamento revela o seu comprometido com as causas sociais do MST e de outros movimentos sociais que partilham de seus ideais.

àqueles desprovidos da terra, não evidenciando, no entanto, rupturas com o homem urbano. O jornal emerge, portanto, das transformações e experiências ocorridas no seio da sociedade, em particular no embate político do dia-a-dia dos sujeitos sociais, nas tensões implícitas e explícitas envolvendo o cotidiano do homem rural e urbano, compondo, assim, a trama histórica.

Quanto às responsabilidades pelo teor dos editoriais, eram assinados pela Executiva Nacional do MST. Os temas tratados nestes geralmente se reportavam à macroeconomia, à política social vigente, à violência no campo, à atuação precária do poder público frente às questões de segurança no campo, à educação dos integrantes do movimento e, de uma forma mais precisa, ao anseio por uma reforma agrária ampla para todo o país.

Com seu “novo” nome e com “nova” formatação, a edição de n^o77 traz como manchete de capa o título: “Resistência garante conquista da terra”, além de duas entrevistas que marcam fortemente a tendência política do jornal nessa sua quarta fase. Não obstante, o seu novo formato busca voltar-se para o enfrentamento com integrantes do poder constituído, coincidindo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, documento um tanto polêmico quando se reporta à reforma agrária, tendo este criado uma atmosfera de distanciamento entre os trabalhadores rurais e o desejo de acesso à posse da terra.

A interpretação das informações contidas nas páginas deste periódico evidenciou que ele não fechou os “olhos” para este acontecimento. Pelo contrário, buscou responder à altura como um grande opositor ao governo e às forças políticas em voga que contribuíram direta ou indiretamente para a sua elaboração. Sendo assim, deve-se potencializar a força política deste jornal frente aos novos desafios presentes no campo e nas cidades, sobretudo quando rompem com as cercas das fazendas, quando ocupam as margens das estradas e rodovias onde os integrantes do MST encontram-se acampados, apropriando-se de forma expressiva da arena política.

Ainda nas páginas desta edição, o editorial intitulado “Vencer as eleições para avançar na luta” demonstra claramente que o MST é um movimento social politicamente organizado e que suas pretensões estão além da simples conquista por um pedaço de terra. Sua pretensão maior é politizar as experiências dos trabalhadores rurais, no intuito de projetá-los no cenário político nacional, objetivando a efetiva espacialização da luta pela terra em todo o Brasil e pressionando o poder público a fazer a reforma agrária, assim como ocupar o poder. O trecho a seguir representa um pouco de suas pretensões enquanto

veículo de comunicação e formador de opinião em meio ao grupo de trabalhadores rurais sem terra ávidos pela reforma agrária e por transformações sociais:

O Brasil vive uma das maiores crises econômicas dos últimos dez anos, com inflação no mês de outubro de 28,6% e um índice previsto para novembro de aproximadamente 35%, agravando ainda mais a situação dos trabalhadores com defasagem de 5 a 6% ao mês. Os trabalhadores rurais também estão perdendo seu poder aquisitivo de compra e venda (...). As eleições municipais adquirem um significado especial e singular: 1) são as primeiras eleições gerais para prefeito pós-regime militar; 2) estas eleições serão um teste para as forças políticas, principalmente nas capitais, em que formarão a base política nos municípios para as eleições presidenciais (...). Só de promessas estamos cansados, vamos construir uma nova proposta, um novo tipo de trabalhador nos nossos municípios. Nós já temos como Movimento a experiência de que a luta só vai pra frente com o povo participando e decidindo os rumos. É assim que estamos construindo nos assentamentos a cooperação agrícola; nos acampamentos, nos organizando para enfrentar a burguesia (JST, nº77, 1988: 2).

A partir da leitura desse trecho torna-se evidente a plataforma política na qual o país estava assentado, sobretudo no que tange à questão econômica, sendo denunciado fartamente por esse jornal os altos índices de inflação, os baixos salários e o encarecimento dos preços dos produtos, impossibilitando a inserção dos trabalhadores na economia e na vida produtiva, alargando ainda mais as desigualdades sociais em todo o país.

Na seqüência, o editorial se posta acerca das eleições municipais, acenando um possível apoio do MST aos partidos políticos comprometidos com os anseios dos trabalhadores rurais sem terra. O jornal entende, portanto, que a vitória de vereadores e prefeitos no próximo pleito eleitoral nortearia um possível apoio à candidatura de um presidente da República nas eleições do ano seguinte, caso este compartilhasse dos ideais dos sem terra, estando comprometido de antemão com a questão agrária e outras de cunho social para todo o país. Provavelmente estariam se referindo ao recém fundado Partido dos Trabalhadores - PT.

O editorial demonstra, sobremaneira, uma pauta que define a implementação da luta dos trabalhadores rurais, evocando-os a lutar e não a esperar pelas promessas políticas não cumpridas anteriormente. Esta edição, além de apresentar ao leitor uma nova equipe técnica, traz, também, mudanças na sua composição gráfica, definindo melhor a sua pauta de atuação sem a pretensão de descaracterizá-lo enquanto ferramenta de comunicação entre os trabalhadores. Dessa forma, as matérias figuram com mais conteúdo político e na

maioria das vezes estas acompanham uma fotografia, que por sua vez atesta o fato de forma simultânea ao transcorrer da notícia.

A seção de entrevistas é um ponto essencial para entender a força política e a credibilidade do jornal frente a determinados setores do meio intelectual. Com perguntas pontuais e objetivas, os jornalistas ofereceram aos seus leitores a oportunidade de entenderem as ações do MST e redesenham o cenário político brasileiro sob a ótica de intelectuais, religiosos e políticos renomados de todo o país, a partir de suas entrevistas por ele publicadas. Para isso, o periódico procurou estender também este espaço aos registros das experiências de lideranças do quadro da Executiva Nacional e da Comissão estadual do MST que se formaram politicamente nas tessituras do movimento e nas experiências de lutas adquiridas cotidianamente. Essa nova postura do JST lhe possibilitou uma maior credibilidade enquanto ferramenta de comunicação, tornando-se um dos principais protagonistas do MST na arena política.

A entrevista com Fábio Konder Comparato, jurista e professor do curso de Direito da Universidade de São Paulo, dentre outros pontos, evidencia os caminhos que o MST deveria percorrer após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Apropriando-se de trechos da fala do professor Comparato, o jornal sinaliza que esta Constituição seria a “Constituição dos patrões”. Reportando-se à Carta Constitucional, na tentativa de problematizar os preceitos desta com relação a sua circunscrição no contexto social do país, pontua que a Constituição “representa a consolidação da política conservadora, que tem sido a tônica da Nova República e, especificamente, no que diz respeito aos trabalhadores rurais, ela representa uma declaração meramente retórica, sem nenhuma chance de ser aplicada” (JST, nº77, 1988: 3).

Outra indagação feita nesta entrevista, pertinente aos interesses dos integrantes do MST, dos leitores e da sociedade, foi a seguinte: “O que o Sr. acha das ocupações de terras como forma de luta pela reforma agrária?”

Eu acho que é uma manifestação válida, ela deve continuar, mas ela é insuficiente, é preciso que os trabalhadores rurais se dêem conta disso. Não é pela ocupação de terras que vai resolver o problema fundiário ou agrário do país de um modo geral. O fundamental é a elaboração de uma verdadeira política de transformação agrária, de reforma agrária ampla... (1988: 3).

O fragmento da entrevista acima citado revela que o jornal, como porta-voz dos trabalhadores rurais, procurou trazer respostas às suas inquietações no que tange às suas ações coordenadas. A validação dessa prática enquanto possibilidade de libertação do homem do campo, de poder ter acesso à terra não parte da visão de um militante qualquer, e sim de um dos maiores juristas e intelectuais do Brasil.

Considerações finais

O jornal informa a trajetória do MST em cada estado, pontuando as tensões latentes nos acampamentos, dentre elas: ocupações, desapropriações, reintegração de posse, uso da força policial, uso de milícias particulares – jagunços, pistoleiros e matadores de aluguel, destruição de plantações e acampamentos, prisões, mortes e torturas de integrantes e militantes do MST. Esse procedimento se dará pelo silêncio de setores da grande imprensa, particularizando-se aqui os noticiários veiculados pela televisão em optar por não noticiar as tensões no campo.

Em primeiro lugar, se estabelece diferenças no conteúdo e na forma das notícias de acordo com o horário da transmissão e o público, rumando para o sensacionalismo e o popularesco nos noticiários diurnos e nos do início da noite, e buscando sofisticação e apresentação de maior número de fatos nos noticiários de final de noite. Em segundo, por seleção das notícias, omitindo aquelas que possam desagradar o patrocinador ou os poderes estabelecidos. Em terceiro, pela construção deliberada e sistemática de uma ordem apaziguadora (Chauí, 2006: 48).¹³.

Frente a essa afirmação, torna-se plausível refletir a respeito do sectarismo presente em setores da imprensa brasileira, quando esta de certa forma tem optado por silenciar as tensões latentes no campo da política e, em alguns momentos, no campo social. Outra

¹³ Embora a autora não esteja se reportando diretamente ao conteúdo elaborado e veiculado pelo Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a referência à sua obra torna-se ilustrativa para se pensar e observar como a mídia impressa e televisiva elabora o seu discurso muitas vezes, e que por opção omite as tensões envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade e do governo conforme o seu interesse. Outros autores anteriormente aos anos 90 e, a partir destes, de forma mais intensificada, demonstram por meio de suas pesquisas o comportamento da imprensa e de alguns jornalistas frente à veracidade e exposição dos fatos ocorridos ao longo dos dias. Ferreira (1978, p.87) revela que é inegável o papel da imprensa na sociedade, entretanto, a sua dependência econômica, a sua parcialidade frente a alguns fatos de cunho social, político e econômico, o aspecto tendencioso, o viés do certo e do falso, caracterizam alguns entraves que, ao se eleger a imprensa como fonte histórica, deve-se atentar para essas questões. Capelato (1986: 354), reconhece o mérito da imprensa para o desenvolvimento da sociedade e salienta que é preciso “recuperar através da imprensa a dinâmica do processo histórico ressaltando as contradições sociais” evidenciada nas linhas e entrelinhas desta.

seção importante é a que se reporta ao aparecimento das mulheres nas páginas do jornal assim como a sua contribuição na constituição da luta. Neste sentido, a mulher aparece na matéria intitulada: “Mulheres rurais disputam eleições municipais”. Tal informação corrobora o que foi citado no editorial reportando-se à questão das eleições municipais, havendo a candidatura de três mulheres aos cargos de vice-prefeita e vereadoras: Enedê, candidata à vice-prefeita em Xanxerê- SC; Elza, candidata à vereadora em Tupi Paulista-SP e Francionha, candidata à vereadora em Carroatá-MA.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, órgão vinculado a setores progressistas da Igreja Católica, conhecida por enfrentar os poderes instituídos e optando por defender os anseios dos trabalhadores rurais, sobretudo na sua organização inicial e contribuindo de forma decisiva para a constituição do MST, também ganha uma seção na nova formação do JST, denominada de Igreja.

A entrevista com D. Pedro, Bispo de São Félix do Araguaia - MT, manifesta claramente a posição firme deste setor da Igreja no apoio aos trabalhadores rurais. Na sua fala fica marcada a sua posição quanto ao procedimento adotado pelos integrantes do MST em ocupar terras no país, objetivando a viabilização do processo de reforma agrária, particularmente como forma de pressão social frente ao poder público. “A ocupação é um gesto legítimo do povo” em resposta à indagação do jornal sobre o que ele pensa acerca da ocupação de terra como forma de lutar pela reforma agrária.

Agora, mais do que nunca a ocupação da terra será a única forma que o povo brasileiro tem para que essa reforma agrária aconteça. Tenho a impressão de que isso já é uma consciência assumida. É o gesto legítimo que o povo tem para que a reforma agrária aconteça: a ocupação da terra no campo e a ocupação da terra na cidade, para que aconteça a reforma urbana também (JST, n^o77, 1988: 14).

O religioso não separa as tensões do campo com as da cidade, observando que há uma relação intrínseca entre ambas como palco das tensões e transformações sociais. Ademais, o jornal abre a sessão violência e nesta apresenta toda a tensão a qual os trabalhadores, governo e latifundiários são submetidos diariamente: despejos com uso da força policial, mandato de segurança impetrado por proprietários, mandato de busca e apreensão, ameaças à pessoa humana seguida de morte a mando de proprietários por jagunços e matadores de aluguel.

O periódico apresenta a seção com informações internacionais, denominada de América Latina, e esta se detém a trazer informações dos países deste continente, sobretudo, aqueles onde afloram as tensões sociais e políticas envolvendo trabalhadores rurais e urbanos. Deixa transparecer, portanto, uma ligeira conexão de informação com grupos sociais organizados nesses países e que são atores nos embates políticos. Traz, também, a seção sindicalismo, mostrando a participação dos sindicatos rurais e urbanos na organização e no apoio constante ao MST e suas ações.

O jornal como objeto de análise e interpretação das tensões presentes no campo e na cidade, frente às interfaces da política vigente, explicitou o seu comprometimento com a qualidade da informação divulgada e atenção dispensada à sua missão enquanto instrumento político e formador de opinião para os trabalhadores rurais. Outra questão pertinente que merece destaque é que, apesar das mudanças na formação do JST, nas trocas de seus jornalistas, na mudança de seu nome por alternadas vezes, não representou a perda de sua essência e de seus anseios enquanto instrumento de formação e de luta para os trabalhadores rurais sem terra.

Fontes

Boletim Informativo Sem Terra (1981-1982)

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra (1983-1988)

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1988-2001)

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, RS, 12 de maio de (1981).

Bibliografia

Aguiar, Flávio. Imprensa Alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: Martins, Ana Luisa & Luca, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

Bezerra, Antonio Alves. **Bóias-frias e a mecanização nas usinas de açúcar e álcool no Oeste Paulista: 1960-2000** (Dissertação de Mestrado). São Paulo, PUC/SP, 2002.

- Capelato, Maria H. R. **Os interpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista – 1920-1945.** (Tese de Doutorado) USP, São Paulo: 1986.
- Chauí, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Simulacro e Poder.** Uma análise da mídia. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.
- Cruz, Heloisa de F. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915.** São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.
- Debord, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- D’Alésio, Márcia Mansor. Memória: leitura de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História - Memória, História e Historiografia.** São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, setembro 92/agosto 93.
- Ferreira, Maria Nazaré. **A Imprensa operária no Brasil – 1880-1920.** Petrópolis, Vozes, 1978.
- Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, Vértice, Ed.Revista dos Tribunais, 1990.
- Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: 11ª Ed. DP&A, 2006.
- Martins, Ana Luisa & Luca, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **Imprensa e Cidade.** São Paulo: Unesp, 2006.
- Pereira, M. D. C. T. **A greve dos Bóias-frias de Guariba e a repressão de maio de 1984.** (Dissertação de Mestrado), São Paulo: FFLCH/USP, 2001.
- Rifkin, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.** São Paulo, Makron Books, 1995.
- Souza, Eduardo Ferreira de. **O discurso de “Veja” e o MST: do silenciamento a satanização.** (Dissertação de Mestrado) PUC/SP, São Paulo: 2001.
- Silva, K. & Silva, V. **Dicionário de Conceitos Históricos.** 2ª Ed. São Paulo, Contexto, 2006.